



RASGANDO A FANTASIA

Um estudo inédito mostra que o Plano Nacional de Educação parece enredo carnavalesco: é bonito de ver, mas não tem compromisso nenhum com a realidade **LUISA BUSTAMANTE**

UMA ESTRATÉGIA aproxima os países que deixaram a rabeira da educação para estrelar no topo dos rankings de ensino: todos formularam um plano de longo prazo para avançar, com metas claras e realistas, e se aferraram a elas com louvável disciplina, sem cair na tentação de recomeçar do zero ao sabor da política. Nesse sentido, a existência do Plano Nacional de Educação (PNE) é uma iniciativa a celebrar no Brasil. Veio com atraso, mas veio. A fragilidade está justamente naquilo que outros fizeram tão bem — ele se desgarra da realidade. Valendo desde junho de 2014, o PNE projeta um país que, dali a dez anos, sairia do pelotão de trás para alcançar a excelência empurrado por um caminhão de dinheiro. Nesse enredo de fantasia e puro luxo, o Brasil se tornaria a nação que mais investe em educação.

Na comissão de frente dos problemas está uma das vinte metas do plano: chegar à fatia de 10% do PIB brasileiro, o dobro da porção de hoje, batendo a campeã Noruega, que canaliza 7,3% para o ensino (veja o quadro). O número atual já é suficientemente espantoso em um país vergado pela crise econômica. Mas tem mais: um estudo inédito elaborado pelo IDados, braço de análises do Instituto Alfa e Beto, refez as projeções de custo do PNE e concluiu que, em 2024, a educação sugaria, na verdade, 13% do PIB. “A conta se baseou nas reais estruturas de custo do sistema educacional”, explica Paulo Oliveira, o coordenador do estudo e doutor em estatística pelo MIT, que, ao contrário da turma oficial, considerou o enxugamento dos royalties do petróleo, dos quais boa parte do dinheiro afluiria.

Em resumo, o plano nasceu inexecutável — e já há sinais claros disso. Se o PNE fosse levado a sério, em 2014 suas metas consumiriam 16,8% do PIB, o triplo do que efetivamente foi

ENSINO QUE É BOM...

O Brasil já está entre os dez países que mais investem em educação. Se as metas do PNE fossem cumpridas, ele se tornaria campeão absoluto

Fonte: OCDE (2013)

* Projeção IDados



gasto. Essa bolada toda sai em porções diferentes dos cofres da União, de estados e municípios. De acordo com a lei em vigor, cada prefeitura é obrigada a despejar na educação 25% do que arrecada, uma dureza em tempos de caixa curto. Pois, caso o script do PNE tivesse deixado o papel no ritmo previsto, nesse mesmo 2014 os municípios deveriam ter separado 60% de todo o bolo arrecadado para a educação, conforme o IDados.

O carnaval de incongruências financeiras impõe uma questão anterior: o Brasil precisa mesmo destinar tanta verba para o ensino? Uma conta clássica mostra que o gasto por aluno aqui, de 6 670 reais por ano, de fato ainda é baixo na comparação internacional. Mais dinheiro, portanto, poderia ser bem-vindo. Poderia, assim mesmo, no condicional. A experiência revela que o quinhão brasileiro só vem aumentando — na última década, a fatia do PIB para o setor expandiu-se 57%, perdendo apenas para a Rússia —, mas o nível do ensino continua entre os piores do mundo, e até retrocede em certas métricas. “Acho um erro gastar mais onde se gasta mal”, alerta o economista **Marcelo Neri**, da Fundação Getulio Vargas. Está aí um quesito em que o Brasil é lembrado — a ineficácia na gestão de recursos públicos. Aos pro-

gramas vistosos faltam objetivos claros, vigilância permanente e cobrança de resultados. Por questões políticas, muito dinheiro é empatado em obras grandiloquentes, e não no que faz a diferença: o bom professor.

O primeiro plano educacional instituído por lei no país, aprovado em 2001, encerrou-se dez anos depois com apenas um terço das metas cumprido. Diante de resultado tão píffio, o Congresso passou quatro anos discutindo o atual PNE — e deu no que deu. O documento, de dezessete páginas, fruto de discussão com associações e sindicatos, virou uma colcha que junta metas as mais diversas — universalizar o ensino básico, dobrar as escolas de turno integral e as matrículas na universidade, e deixar o Brasil par a par com os melhores do mundo. É pouco específico sobre como fazer o dinheiro ser verdadeiramente útil em tão ambicioso percurso. “Não há nenhuma menção à gestão das verbas”, observa o economista Claudio Moura Castro. Ministérios Públicos, Tribunais de Contas e o Ministério da Educação estão incumbidos de fiscalizar a execução do plano, mas até agora tem vigorado uma improdutiva condescendência. E o bloco do PNE segue em frente como um enredo sem pé nem cabeça de velhos carnavais. ■